

# Agenda político-econômica de 2008 a 2010

**José Matias-Pereira**

PROFESSOR-PESQUISADOR DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Observa-se que a economia brasileira, desde 2004, vem se beneficiando de um ciclo virtuoso de crescimento mundial, com inflação e taxas de juros baixas. Esse ciclo, alimentado por um forte aumento da demanda dos países asiáticos, contribuiu para a elevação dos preços das commodities no mercado mundial. Os ganhos obtidos pelo Brasil nesses mercados (minérios, agronegócios, etc.); contribuíram para a elevação da consistência dos fundamentos econômicos, além de abrirem inúmeras e diversificadas oportunidades para o crescimento sustentável do país nos próximos anos.

A avaliação do cenário internacional, no final de 2007, nos revela que houve um significativo contágio da economia real dos Estados Unidos em decorrência das crises de crédito e do mercado imobiliário. O lançamento pelos bancos das perdas com o crédito imobiliário de alto risco (subprime) em seus balanços irá refletir na restrição ao crédito, o que nos permite lembrar que a redução do crédito é uma variável importante para levar uma economia à recessão. O ambiente de incerteza, portanto, con-

tinuará presente nos próximos anos, bem como os problemas de liquidez. Nesse contexto, pesa em favor do Brasil a redução da sua dependência em relação à economia norte-americana.

O crescimento significativo do PIB brasileiro em 2007 – acima de 5% – foi sustentado por aumentos sucessivos no consumo interno, produção, investimentos, renda e queda do desemprego. Para manter o crescimento do PIB nesse patamar, nos próximos anos, o governo deverá buscar solução para algumas questões políticas bastante sensíveis. O peso da carga tributária, o elevado “spread” da taxa de juros, a burocracia e os gastos públicos ineficientes são setores que merecem receber uma atenção especial do governo federal.

Assim, a melhora do desempenho do governo passa pela adoção de diversas iniciativas que irão produzir efeitos significativos tanto no campo político como no econômico. Entre essas medidas podemos citar, por exemplo: a definição de limites para as despesas de custeio na administração pública; adoção de instrumentos modernos de gestão pública; descartar novos aumentos de tributação (apesar do fim da CPMF); submeter ao Congresso Nacional uma reforma tributária que permita a simplificação do sistema, redução do número de tributos e redução de tributos sobre

investimentos (incluindo nessa discussão a criação de um imposto único); avançar nos esforços para promover a reforma da previdência social; avançar com as reformas política e do judiciário; combater a corrupção; aprofundar a integração do Mercosul; implantação de mecanismos para elevar a competitividade do país (nova política industrial exportadora); melhoria da infra-estrutura do país, especialmente de energia e estradas (apoada

## Um fator importante para provocar queda nos juros é a redução dos gastos do governo

pelo setor privado); elevação dos investimentos em políticas públicas de educação (inclusive na educação a distância); fortalecimento dos instrumentos de estímulo à ciência e tecnologia e a inovação; manutenção das políticas sócio-ambientais, tendo como referência alcançar os objetivos que vão além do Protocolo de Kyoto (redução significativa de emissão de gases na atmosfera).

Percebida pelo setor produtivo como o principal fator inibidor do crescimento econômico nos últimos

anos, a redução da taxa de juros continuará sendo o foco da campanha das entidades empresariais ligadas à produção. Essas taxas, entretanto, dependem da queda da inflação e do fortalecimento dos fundamentos econômicos do país. Com o PIB do país crescendo, a principal ameaça à estabilidade econômica é o crescimento da demanda acima da oferta nos próximos anos.

Constata-se, com a expansão do crédito e da massa real de renda, que o consumo interno do país vem apresentando uma consistente trajetória ascendente, assim como a dos investimentos. Caso ocorra a incapacidade do país de atender o crescimento da demanda interna, o Banco Central será forçado a adotar medidas restritivas (aumento das taxas de juros) que, por sua vez, reduzirá o ritmo de crescimento da economia.

Um fator importante para provocar uma queda substancial nos juros é a redução dos gastos do governo. Entretanto, dificilmente, irá ocorrer na parte final do segundo governo Lula (2008-2010), por tratar-se de um período em que haverá duas eleições decisivas na disputa do poder. Os resultados das eleições municipais de 2008 irão influenciar nas eleições de 2010.

Diante desses aspectos, a preocupação com o social continuará recebendo elevada prioridade do atual governo, apesar da não prorrogação da CPMF. A oportunidade política

de realização das reformas do Estado brasileiro, por sua vez, está esgotando-se. Com a realização das eleições municipais no final do ano em curso, o jogo eleitoral voltará a interferir e afetar o desempenho da administração pública.

Registre-se, por fim, que mesmo diante das incertezas na economia mundial, com a possibilidade real de uma recessão na economia americana, e dos riscos oriundos da pressão da demanda interna, os indicadores revelam que o Brasil está preparado para continuar crescendo a taxas significativas nos próximos anos. Diversos fatores colaboram para isso, com destaque para: quadro político estável, gestão da política econômica sem sobressaltos, crescente aproximação entre o Estado e a iniciativa privada, volume significativo de reservas internacionais e a diversificação das exportações brasileiras, em termos de produtos e de países compradores.

Mantidas essas políticas e ações governamentais, tanto a moeda brasileira permanecerá estável em relação ao dólar – com tendência de gradual desvalorização – como a inflação ficará sob controle nos próximos anos. Essa simbiose perfeita entre economia e política, caso se concretize, permitirá que o presidente Lula chegue ao final do seu governo com elevados índices de aprovação popular. Isso fará do atual presidente um eleitor privilegiado e decisivo na eleição que escolherá o seu sucessor.